

**Vladimir Cunha Bezerra**

# **AÇÃO RESCISÓRIA**

**O Início do Prazo da Ação  
fundada em Decisão de  
Inconstitucionalidade**

**Análise do Art. 525, § 15, do CPC**

---

Visite nossos sites na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-85-362-9428-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

1169067

---

Bezerra, Vladimir Cunha.

B574 Ação rescisória: o início do prazo da ação fundada em decisão de inconstitucionalidade./ Vladimir Cunha Bezerra./ Curitiba: Juruá, 2020.

146p.

1. Ação rescisória. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

00014

---

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>1 O ADVENTO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 (LEI 13.105/2015): O PROCESSO CONSTITUCIONAL</b> .....	19
1.1 O ESTADO LIBERAL E SUA INFLUÊNCIA NO (REVOGADO) CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 (LEI 5.869/1973) .....	20
1.2 DO ESTADO SOCIAL AO ESTADO CONSTITUCIONAL.....	23
1.3 O ATUAL CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E AS NOTAS DE UM PROCESSO CONSTITUCIONAL.....	25
1.4 APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA: O INÍCIO DO PRAZO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE COM BASE NO ART. 525, § 15, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	28
<b>2 A SEGURANÇA JURÍDICA E SUA IMPORTÂNCIA PARA A OPERABILIDADE DO DIREITO</b> .....	37
2.1 A SEGURANÇA JURÍDICA COMO DEMANDA DO ESTADO MODERNO.....	38
2.2 A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA JURÍDICA NA CONSEQUÊNCIA DO DIREITO.....	39
2.3 SEGURANÇA JURÍDICA: SUA BASE CONSTITUCIONAL E SEUS ELEMENTOS .....	40
2.4 A SEGURANÇA JURÍDICA NA CASUÍSTICA – ALGUNS JULGADOS QUE DEMONSTRAM COMO AS CORTES JUDICIAIS APLICAM A SEGURANÇA JURÍDICA .....	44
2.5 COISA JULGADA.....	48

2.6	SOBRE O AFASTAMENTO DA COISA JULGADA (E DA SEGURANÇA JURÍDICA) QUANDO EM COTEJO COM OUTROS INSTITUTOS.....	50
2.7	BREVE ABORDAGEM SOBRE A SEGURANÇA JURÍDICA ENQUANTO NORMA JURÍDICA E ENQUANTO PRINCÍPIO.....	54
2.8	MEIOS DE IMPUGNAÇÃO DE DECISÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO.....	56
2.8.1	<i>Querela Nullitatis</i> .....	56
2.8.2	Mandado de Segurança.....	57
2.8.3	Ação Anulatória de Ato Processual.....	57
2.8.4	Impugnação do Executado e Embargos do Executado.....	58
<b>3</b>	<b>APONTAMENTOS SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA.....</b>	<b>59</b>
3.1	ANOTAÇÕES SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA A PARTIR DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1939.....	60
3.2	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973.....	63
3.2.1	Hipóteses de Cabimento.....	64
3.2.1.1	Dolo da parte vencedora ou colusão entre as partes....	65
3.2.1.2	Documento novo.....	66
3.2.1.3	Fundamento para invalidação da confissão, desistência ou transação em que se baseou a sentença.....	66
3.2.1.4	Erro de fato.....	66
3.2.1.5	Sentenças que julgam partilha.....	67
3.2.2	Decisões Impugnáveis pela Ação Rescisória.....	67
3.2.3	Legitimação.....	68
3.2.4	Rito.....	68
3.2.5	Prazo.....	69
3.3	CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	70
3.3.1	Comentários Iniciais.....	70
3.3.2	Inovações Quanto às Hipóteses de Cabimento para a Ação Rescisória no Código de Processo Civil de 2015.....	72
3.3.2.1	Violação manifesta de norma jurídica.....	72
3.3.2.1.1	Direito jurisprudencial valorizado pelo Código de 2015.....	73

3.3.2.2	Prova nova .....	75
3.3.2.3	Ação rescisória em monitória .....	77
3.3.3	Ação Rescisória contra Capítulo da Decisão .....	79
3.3.4	Legitimidade .....	79
3.3.4.1	A legitimidade ativa do Ministério Público para a ação rescisória.....	80
3.3.4.2	A legitimidade daquele que não foi ouvido em pro- cesso quando sua intervenção era obrigatória.....	82
3.3.5	Rito .....	83
3.3.6	Prazo .....	84
3.4	REGISTROS A RESPEITO DA AÇÃO RESCISÓRIA FORA DO ÂMBITO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015.....	86
3.5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONTROLE DE CONSTITU- CIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO .....</b>	<b>89</b>
4.1	BREVE APONTAMENTO DAS IDEIAS QUE DESEMBOCA- RAM NO CONSTITUCIONALISMO .....	89
4.2	O CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE E A SUA IMPOR- TÂNCIA PARA A CONSTITUIÇÃO.....	92
4.3	BREVE SISTEMATIZAÇÃO SOBRE ALGUMAS DAS CLASSI- FICAÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO .....	95
4.3.1	Técnicas de Controle de Constitucionalidade .....	98
4.4	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO CONTROLE DE CONSTI- TUCIONALIDADE NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS .....	99
4.4.1	Constituição de 1824.....	99
4.4.2	Constituição de 1891.....	100
4.4.3	Constituição de 1934.....	101
4.4.4	Constituição de 1937.....	102
4.4.5	Constituição de 1946.....	103
4.4.6	Constituição de 1967 (e Emenda 01, de 1969).....	104
4.4.7	Constituição de 1988.....	104

4.5	SOBRE OS EFEITOS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO DIREITO BRASILEIRO .....	105
4.6	SOBRE A MODULAÇÃO DE EFEITOS NAS DECISÕES DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	107
4.6.1	Sobre a Abstrativização do Controle Difuso de Constitucionalidade .....	112
4.7	LEVANTAMENTO REALIZADO EM DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NAS QUAIS SE MODULARAM EFEITOS DE DECLARAÇÕES DE INCONSTITUCIONALIDADE EM FUNÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA .....	113
4.7.1	Relatório Levantamento de Jurisprudência do STF .....	113
4.7.2	Metodologia .....	113
4.7.3	Achados de Pesquisa .....	114
4.7.4	Outro Achado Relevante no Material Pesquisado – a Falta de Fundamentação para a Modulação de Efeitos em Algumas das Decisões Estudadas .....	116
4.7.4.1	Considerações acerca da falta de fundamentação adequada para a modulação dos efeitos das decisões em sede de controle de constitucionalidade.....	116
4.8	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	120
<b>CONCLUSÃO – O MARCO INICIAL DO PRAZO PARA A AÇÃO RESCISÓRIA FUNDADA EM INCONSTITUCIONALIDADE SUPERVENIENTE, NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015, NA PERSPECTIVA DA SEGURANÇA JURÍDICA .....</b>		<b>123</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>		<b>127</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>		<b>133</b>